

CRISE CAPITALISTA, PRODUÇÃO DE EXCEDENTE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Mauro Augusto Burkert Del Pino¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar os elementos que possibilitam a construção teórico-explicativa da reforma da educação profissional, a partir de uma análise crítica da crise capitalista; Mostra que a geração de um excedente característico –a mercadoria mão de obra -, produz importantes conseqüências sociais, vinculadas ao processo de reestruturação produtiva. O texto estabelece nexos entre as modificações nos postos de trabalho e as políticas de formação profissional.

ABSTRACT

This article aims to identify elements that can enable the construction of theoretical reforms within the vocational education, based on a critical analysis of the capitalistic crisis. It shows that the production of surplus labour has important social consequences, which are linked to the process of production restructuring. The text connects the modifications in work functions to the policies of professional qualification.

¹ Professor da Universidade Federal de Pelotas (CAVG/UFPel) e Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O trabalhador despedido transforma-se num Fausto que teria apostado a alma num processo produtivo ultrapassado e, se hoje não tem trabalho, a culpa esteve na aposta. O trabalho formal está sendo definido pelo informal. Deu-se uma inversão. As relações de selvageria no trabalho estão determinando a redefinição do direito trabalhista. A miséria do desemprego tornou-se alavanca da modernização do país. Isso é uma fantasia falsificada. (Francisco de Oliveira)

A história das décadas de crise nos mostra que a produção dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos. Todavia, o processo de produção capitalista procurava, não só em sua prática produtiva como também teorizadamente, incorporar novamente os trabalhadores e trabalhadoras à produção.

Foi assim na crise de 30 com a saída fordista de massa. Agora, na atual crise, esta história se repete como tragédia. Como toda crise capitalista, essa também se caracteriza pela superprodução de mercadorias. Agora, no entanto, a superprodução de uma mercadoria especial ganha relevo: a mercadoria trabalhador/trabalhadora. É essa uma das especificidades da crise atual, a superprodução de trabalhadores e trabalhadoras. Ao mesmo tempo que há produção de trabalhadores e trabalhadoras, é negada a possibilidade de sua realização no mercado, uma vez que um número cada vez maior de trabalhadores/as não é incorporado à produção e vê limitada sua possibilidade de consumo. Há uma negação do que é produzido.

Para dar seguimento a esta análise, em primeiro lugar vou estabelecer um conceito de crise na produção capitalista, mostrar as saídas para as duas principais crises deste século. Posteriormente, caracterizar o atual momento de superprodução de trabalhadores/as, quando o trabalho apresenta-se em seu caráter comum nas mais diferentes mercadorias produzidas. A identidade do trabalho humano independe da concretude que pode gerar. Com o desenvolvimento tecnológico, o trabalho é cada vez mais dispêndio de tempo humano.

CRISE, AJUSTAMENTO E DESEMPREGO

Inicialmente, é importante ficar claro que a crise faz parte da essencialidade do capital. A crise, na economia capitalista, invariavelmente, provém da não realização do valor da mercadoria. Isto acontece, por exemplo, em momentos de superprodução². Tem como significado a incapacidade do capital em cumprir o ciclo de transformação do dinheiro em mercadoria e essa mercadoria em mais dinheiro, isto é, a mercadoria não se realiza no mercado. Na produção, a mercadoria se “engravidar” de mais-valia. Para o capital cumprir o seu projeto passa

² “Nessas crises, surge uma epidemia que, em todas as épocas antigas, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução”. (Marx e Engels, 1996, p.18)

a ser imprescindível a esfera da circulação. É no mercado que a mercadoria realiza o seu valor.

Quando a mercadoria não encontra comprador, - quando não se realiza no consumo -, a própria essência do capital entra em crise, não possibilitando a geração do valor capaz de manter o ciclo fundamental de valorização. É a existência de mercadorias em abundância que ocasiona a perda de valor. Isso acontece justamente pela incapacidade de realizar-se pela falta de consumo.

Tradicionalmente, a crise tem sido concebida pela literatura crítica como sendo o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade. Na sociedade capitalista tal colapso é gerado pelo processo de acumulação, determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro. Crises ou colapsos parciais referem-se a fenômenos como os ciclos econômicos que envolvem surtos de prosperidade aparentemente intermináveis, seguidos de graves declínios da atividade econômica, e são uma fase crônica do capitalismo. A crise, desta forma, causa impacto não somente sobre a vida econômica, mas é sempre uma crise global, que se reflete na política, nas relações jurídicas, na cultura, nas relações sociais.

A crise de acumulação, portanto, pode ser entendida como sendo a estagnação de extração de mais-valia, a não realização do valor das mercadorias³. O capitalista só pode realizar o capital que ao findar o processo exista sob a forma de mercadoria e, portanto, só pode realizar a mais-valia contida nele mesmo na medida em que encontre compradores para as suas mercadorias. Este é o ponto da transformação da mercadoria em mais dinheiro. Quando este ponto não é atingido, deflagra-se um processo de crise. É por isso que a crise capitalista é uma crise de superprodução, uma vez que haver obra de mercadoria significa que não há capacidade de consumo necessária.

Neste século, identificamos dois períodos singulares de crise. O primeiro tem seu apogeu na década de 30, enquanto o segundo se define na década de 70. Paradoxalmente, o tratamento oferecido a cada um destes processos críticos foi fundamentalmente diferente.

A saída para a crise de 30 foi buscada com a integração de trabalhadores/as ao processo produtivo, objetivando criar uma capacidade de demanda capaz de impedir excedentes na produção. Da a produção em massa, da o trabalho em série, repetitivo e especializado, resultou o emprego em massa. Assim aumentou-se a capacidade de consumo, ampliando-se a esfera da circulação de mercadorias.

Aquele momento foi propício para o desenvolvimento de importantes reformulações no papel do Estado, que passou a intervir na economia no contexto das teses keynesianas como forma de evitar um prolongamento fatal da crise. O

³ Segundo Marx (1988, p.226), "A produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista."

liberalismo que surge com Keynes (1985) é uma crítica a todo o pensamento clássico, norteado pela idéia do livre comércio, pela possibilidade de deixar o mercado agir de forma livre, a partir da liberdade de contratar quem quiser e vender como quiser. Um importante pressuposto criticado por Keynes trata-se da auto-regulação do mercado a partir da Lei de Say, que dizia que *toda oferta gera sua própria demanda*. Pela Lei de Say, não poderia haver superprodução ou crise de acumulação. Com a depressão da década de 30 os estoques tornaram-se invendáveis, ocasionando uma quebra geral nas empresas. Com a intenção de romper o sistema em algum ponto, Keynes propôs a reversão da situação através de medidas geradoras de emprego, consubstanciadas em sua "teoria da demanda efetiva". Nesta teoria, o Estado aparece através de políticas públicas bem definidas, colaborando para a geração de emprego e renda. O Estado arca com parte dos custos de produção das mercadorias, em especial da mercadoria trabalhador/a. Isso se opera basicamente através de políticas públicas, de políticas sociais. Desta forma desenvolveu-se a idéia de Estado-Nação, que vai gerar após a Segunda Guerra Mundial a idéia de Estado de Bem-Estar Social.

Este processo se implementou paralelamente ao desenvolvimento de um determinado tipo de controle sobre a vida da força de trabalho. Surgem as vilas operárias, o controle sobre o corpo, sobre a sexualidade do trabalhador e da trabalhadora, sobre o consumo de bebidas alcoólicas, enfim, sobre a vida do/a trabalhador/a. Ford foi pródigo em estabelecer diretrizes sobre como os operários e as operárias deveriam viver para serem mais produtivos/as e adequados/as às necessidades do capital. A intenção de Ford em implementar o dia de 8 horas e cinco dólares não era unicamente criar um novo processo de gerenciamento de pessoal e controle da administração empresarial. Incluía a diminuição da jornada de trabalho para que o trabalhador e a trabalhadora tivessem mais tempo para consumir. Como afirmou Harvey (1989: 122), também era "dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores". Desta forma, era possível criar as condições econômicas necessárias para possibilitar um aquecimento da demanda.

Já a crise de 70 tem sua gênese justamente dentro do modelo fordista de produção e a saída que se apresenta é fundamentalmente diferente daquela buscada na década de 30. Se naquele momento foi buscada a inclusão da massa de trabalhadores/as na esfera do consumo, acompanhada de uma série de medidas por parte do Estado a fim de possibilitar o êxito dessa estratégia, nesse a saída estabeleceu-se em sentido contrário. O ajuste da base técnica de produção às necessidades de valorização de capital levou, desta vez, à exclusão dos/as trabalhadores/as do processo produtivo e à retirada do Estado da esfera dos chamados *direitos sociais*. A raiz desses mecanismos pode ser encontrada na essência da crise do capitalismo de hoje, que foi a solução do capitalismo de

ontem: “O que entrou em crise nos anos 70 constitui-se em mecanismos de solução da crise dos anos 30: as políticas estatais, mediante um fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos” (Frigotto, 1995, p. 62). A advertência sobre o início dessa crise⁴ foi assim caracterizada:

No início dos anos 70, a reforma monetária cambial norte-americana dava o sinal: o dólar não teria mais conversão automática em ouro. Em 1974, registrava-se pela primeira vez a estagflação – para o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos, juntavam-se inflação alta e estagnação [econômica]. (Moraes, 1997, p.20-21)

Enquanto a crise pré-fordista foi resolvida aumentando salários, reduzindo a jornada de trabalho, aumentando o número de trabalhadores e trabalhadoras na esfera da produção, a crise que o modelo fordista originou está sendo resolvida pela flexibilização do trabalho e pela criação de uma demanda reduzida. Reduzida não pela amplitude do consumo, como se houvesse pouco consumo, mas reduzida no sentido de que é minorado o número de consumidores/as. A preocupação central não é mais a expansão de mercados de consumo, fazendo com que mais trabalhadores/as participem da esfera da produção e circulação, mas que os consumidores e as consumidoras atuais *necessitem* e sejam capazes de consumir a produção de um determinado bloco econômico. A produção não visa a mais um consumo de massa. Torna-se flexível para atender a um/a consumidor/a especializado/a que deve, individualmente, suprir a demanda antes efetivada por um grande número de trabalhadores e trabalhadoras. Este processo almeja criar novas áreas de consumo, mas para um número não necessariamente crescente de consumidores/as, ao contrário. O mundo que se distinguia entre países de primeiro e terceiro mundo tende a ser substituído pela existência, em cada país, de regiões de riqueza e de miséria, criando um novo sistema de divisão.

A demanda deve ser expandida, mas não através de um significativo aumento no número de consumidores/as. Deve ser estabelecida a partir de uma maior concentração de renda, que aumente a capacidade de consumo daqueles que estão aptos a participar da esfera de circulação das mercadorias. É assim que se configura a exclusão dos/as trabalhadores/as nos mecanismos estabelecidos para o enfrentamento da crise, caracterizando modificações no conjunto da própria classe trabalhadora. É o que mostra Antunes (1995, p.41-42):

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de

⁴ “... a estagflação foi a marca distintiva da crise que iria apagar o fulgor da era de ouro, dando impulso à revolução antikeynesiana”. (Gentili, 1998, p.85).

serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

No campo da economia, trata-se de um ajustamento da base técnica de produção às determinações das necessidades de valorização do capital. Neste movimento, a concorrência capitalista força um aumento de produtividade que acompanha um aumento do controle e da racionalização do trabalho na busca da redução dos custos por unidade produzida. Este processo gera o aperfeiçoamento e a mudança na base técnica do processo de trabalho, aumentando a composição orgânica do capital ao mesmo tempo em que reduz o capital variável, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário por unidade produzida, o que significa, fundamentalmente, a diminuição do valor da mercadoria. É neste contexto que temos que analisar o significado do que a literatura vem chamando de *terceira revolução industrial* ou revolução tecnológica.

Agora não mais se justifica a antiga forma fordista das grandes plantas industriais, que concentravam todas as etapas da produção, desde a compra da matéria prima até a distribuição do produto. Hoje, há uma tendência à fragmentação e à dispersão de todas as etapas de produção, com a compra e venda de serviços para o mundo inteiro. Isto não significa que não existam similaridades nos períodos de crise experimentados neste século. Segundo Gentili (1998, p.87), "O que unifica a sombria experiência das décadas de crise não é o desempenho diverso e irregular das economias em relação à opulência do pós-guerra, mas um fator que esteve presente tanto nos modelos de êxito quanto nos que representaram o paradigma do fracasso: o aumento da pobreza e da desigualdade".

Se o desemprego é estrutural, a terceirização também o é; deixa de ser suplemento à produção e passa a ser fator de desocupação da nova planta informatizada, organizada pelos novos métodos de gestão e gerenciamento do processo de trabalho, muitos deles baseados nos princípios do Gerenciamento de Qualidade Total (GQT). Esta possibilidade está relacionada com o trabalho flexível, que só foi possível com as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão da força de trabalho. Esta revolução industrial contemporânea está gerando um processo de reestruturação produtiva que está, ao mesmo tempo, na base da saída da atual crise capitalista e na sua própria geração.

O que estamos presenciando é a possibilidade de crescimento econômico e aumento de desemprego sem que uma coisa impeça a outra. Como afirmou Gentili (1998, p.85), "Não se demorou a aceitar que uma certa dose de desemprego podia constituir um bom estímulo competitivo às meritocráticas economias na era da globalização". Este processo tem se aperfeiçoado, proliferado. Hoje, a transitoriedade penetra nas relações de trabalho, criando uma instabilidade estrutural. A sociedade atual "é a sociedade das utilizações não duráveis" (Queiroz, 1996, p.12). O próprio emprego não tem duração, está sendo flexibilizado,

desregulamentado, terceirizado, adquire um caráter transitório. No processo de produção capitalista, o trabalhador e a trabalhadora se inserem de uma maneira peculiar. Ao mesmo tempo que se reproduzem a si mesmos, reproduzem a miséria e o desemprego. É o que Marx (1989, p.148) já afirmara:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isso na proporção em que produz mercadorias em geral.

Esse aspecto da produção salientado por Marx atinge hoje dimensões talvez nunca antes imaginadas. A superprodução desta mercadoria especial, a mercadoria trabalhador/a, caracteriza este momento histórico de uma forma singular. É o que salienta Frigotto (1998, p.13), quando diz que “O desemprego estrutural deste fim de século demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade, para a produção, de milhões de trabalhadores”.

O desemprego, portanto, decorre das leis de desenvolvimento do capitalismo. A materialização desse processo se desenvolve através de avanços tecnológicos, de mudanças nas políticas de gerenciamento da força de trabalho, entre outros fatores. Isto é inerente ao modo de produção capitalista. Todavia, os acontecimentos históricos não se repetem da mesma forma e com o mesmo conteúdo. Marx, em *O Capital* (1988), o que fez foi mostrar que as leis gerais da vida econômica não são sempre as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Leis naturais e universais não existem. Segundo ele, cada período histórico possui suas próprias leis: Marx mostrou que a lei da população não é a mesma em todos os lugares e em todos os períodos históricos: “Ele assegura, pelo contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei demográfica própria. (...) Com o desenvolvimento diferenciado da força produtiva, modificam-se as circunstâncias e as leis que a regem” (Correio Europeu, 1872 apud Marx, 1988, p.19).

Assim, pode-se afirmar que a evolução do desemprego e o seu significado social na atualidade revestem-se de características singulares, com reflexos importantes na vida social. Por outro lado, este fenômeno se agrava uma vez que a economia política em geral, e o neoliberalismo em particular, não reconhecem o/a trabalhador/a desocupado/a. Não há interesse pelo homem e pela mulher que se encontram fora da relação de trabalho. O desemprego é a explicitação do caráter irrelevante que a humanidade do trabalhador adquire sob as relações de produção no capitalismo. Como mostrou Marx (1989, p.174),

O burlão, o ladrão, o pedinte, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* de homem que não existem para a economia política, mas só para outros, para os do médico, do juiz, do cozeiro, do burocrata etc. São fantasmas que se situam fora do seu domínio. As necessidades do trabalhador reduzem-se assim à necessidade de o manter *durante o trabalho* e de maneira a que a *raça dos trabalhadores* não se extinga.

Desta forma, o ajustamento que se opera às necessidades de valorização do capital abstrai as condições de vida do trabalhador e da trabalhadora. Portanto, as políticas sociais e econômicas são pensadas a partir das necessidades do processo de globalização e de reestruturação produtiva, não estando centrada, sob a vigência de relações de propriedade, na redução da barbárie social.

É isto que acontece com a política de formação profissional. Ela não destoa deste conjunto. Estamos atravessando uma profunda revolução no sistema federal de ensino técnico e tecnológico⁵. O que se observa é uma adaptação das instituições formativas aos objetivos de reestruturação produtiva e de flexibilização das relações de trabalho, através de uma série de dispositivos legais, tais como: a segmentação dos cursos técnicos; o aprofundamento do sistema dual (separação entre educação geral e educação profissionalizante); a adequação dos cursos às necessidades do mundo da produção; a certificação de cursos modulares de rápida duração, e outros mecanismos não menos importantes. Esta reforma na política de formação profissional está sendo estabelecida tanto na educação formal como através de cursos não regulares. Opera através da Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico, de cursos oferecidos em parcerias com a iniciativa privada, estados e entidades sindicais, de financiamentos que incluem recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Esta política, todavia, não esconde o fato de a sociedade capitalista não estar constituída para funcionar com todos/as trabalhando. Ao contrário, o desemprego é um elemento pedagógico e de mobilização da economia, dinamizador da economia, sua consequência e causa, seu produto e mecanismo produtor. As políticas liberais hoje se deparam com um importante processo de reestruturação produtiva, com o aumento do desemprego e com a tarefa de, ao mesmo tempo, qualificar a força de trabalho para satisfazer as necessidades da produção. Mais ainda, neste processo surge a necessidade de dissimular este problema estrutural e desresponsabilizar as políticas oficiais pela crise.

O desemprego não é estrutural *hoje*, ele é estrutural ao modo de produção capitalista. O que se percebe é que o desenvolvimento do modo de produção tem

⁵ A reforma atual no sistema de formação profissional está sendo instituída, principalmente, pela seguinte legislação: Lei n. 9.394 de 20/12/96 (LDB); Decreto n. 2208 de 17/04/97; Portaria do MEC n. 646 de 14/05/97.

feito aumentar o desemprego, chegando aos dias atuais a um processo de superprodução de trabalhadores e trabalhadoras. Sob estes aspectos é que se tem de compreender a reforma atual no sistema de formação profissional do Brasil. Sendo assim, não pode a escola resolver o problema do desemprego, que se relaciona profundamente com o processo de reestruturação produtiva, como veremos a seguir.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REESTRUTURAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

As contínuas modificações no processo de criação de objetos úteis muito devem às alterações que acontecem no padrão industrial e no trabalho. O esgotamento do modelo fordista de desenvolvimento acelerou-se à medida em que a microeletrônica, associada à informatização, permitia substituir um sistema produtivo que tem em sua base uma tecnologia rígida por uma base tecnológica flexível. De forma semelhante, a microbiologia, a engenharia genética e a química fina permitiram criar novos materiais, surgindo novas fontes de energia.

A partir da década de setenta aprofundou-se um quadro que vinha se consolidando desde o pós-guerra nas nações capitalistas avançadas. Aconteceu uma revolução no padrão de industrialização. Sua principal característica é a base técnica resultante do desenvolvimento de novas tecnologias, da microeletrônica, da informática, das telecomunicações, da automação, de novos materiais e de energias renováveis.

O paradigma taylorista/fordista foi colocado em xeque pela consolidação de um novo complexo industrial mecatrônico e por um sistema de produção que depende cada vez mais da capacidade de inovação. A busca sem fim de novos e melhores produtos e de melhorias no processo de produção é uma constante para atingir o objetivo de assegurar uma maior flexibilidade e elevação da produtividade. Este processo desenvolve-se a partir de uma identificação com novos modelos de relações industriais capazes de fazer frente à economia mundial nos anos noventa.

O estudo e a compreensão da natureza, das propriedades da matéria, os avanços científicos dos princípios físicos e químicos têm possibilitado constantes inovações. O uso da microeletrônica através do aparato produtivo permitiu superar uma série de limites à automação estabelecidos dentro da base técnica mecânica. A velocidade, a facilidade e a precisão da informação abriram um leque de possibilidades para a comunicação, para as transações comerciais e financeiras. Com isto, todo um modelo de acumulação com base na organização taylorista/fordista da produção modificou-se.

Estas alterações no processo de trabalho têm sido chamadas de *terceira revolução industrial*. Segundo Picanço (1991, p.11-12):

A terceira revolução industrial, cujo impacto vem se fazendo sentir, a partir das últimas décadas, vem sendo marcada pela microeletrônica, robótica, informática e máquinas de comando numérico, entre outras constantes inovações. (...) A terceira revolução industrial vem se caracterizando por uma imensa velocidade nas mudanças dos processos tecnológicos, na escala de produção, na organização dos processos produtivos e na qualificação dos trabalhadores.

O fato, o que as pesquisas demonstram⁶, é que a indústria não é mais como era até meados deste século. As fábricas não estão, preponderantemente, alojadas em amplos templos cheios de grandes máquinas, reunindo centenas, às vezes, milhares de operários/as. As profissões tradicionais se extinguem na mesma velocidade que novas ocupações surgem, voltadas não mais para operar pesadas e robustas máquinas de aço e graxa, mas para supervisionar autômatos a base de silício e cobre. A comunicação converte-se em elemento estratégico neste final de século. Como muito bem percebeu Santos (1994, p.46), “a terceira revolução tecnológica, a revolução eletrônica, consagrou o valor da informação como riqueza”.

Estes tempos de frenética mudança são acompanhados de instabilidade⁷, de desemprego, de modificações não só no espectro do trabalho, mas por uma descaracterização do/a trabalhador/a e de suas formas associativas. As grandes fábricas que proporcionavam grandes sindicatos não são mais a regra. O emprego estável, o macacão azul engraxado e a Carteira de Trabalho, em breve, podem ser “peça de museu”. O trabalhador e a trabalhadora não passam mais uma dúzia de horas trabalhando no interior da fábrica, constituindo aí sua identidade, a sua subjetividade. Ao contrário, a vida se estabelece cada vez menos no interior da fábrica, ao lado de outros/as trabalhadores/as. A jornada de trabalho decresce no interior da fábrica e cresce fora dela. Existem aqueles que trocaram de profissão, cresce o número de autônomos, outros estão no chamado setor informal. Existem, também, os que não conseguiram se reciclar e acompanhar o ritmo alucinante que anuncia o próximo milênio, amargurando um desemprego estrutural, sem chances de “reingressar” no chamado mercado de trabalho.

⁶ Entre tantas, destaco as seguintes: LEITE, Márcia de Paula. Automação microeletrônica, mudanças na organização do processo de trabalho e percepção dos trabalhadores. *Encontro Extraordinário do GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais" da ANPOCS*, set. 1990, Porto Alegre; MATTOSO, Jorge Eduardo. *Notas sobre a terceira revolução industrial: crise e trabalho no Brasil*. Campinas: UNICAMP, CESIT, IE, 1991; ZENI, Daisy Schramm. Estudo sobre a indústria de informática do Rio Grande do Sul: automação industrial. *Série Documentos*, n.1, Porto Alegre: Núcleo de Estudos Industriais da FEE, out. 1992.

⁷ “... 40% da população latino-americana se encontra privada de trabalho estável e de condições mínimas de segurança.” (Canclini, 1995, p.19)

As inovações no campo da ciência, da tecnologia e dos métodos produtivos se reproduzem de forma contundente e continuada. A longo prazo, o barateamento da tecnologia generaliza as inovações tecnológicas. Isto ocasiona a perda de rentabilidade, o que se explica pela tendência declinatória da taxa geral de lucros. Essa tendência é observada sempre que há um aumento constante do investimento em capital, necessário para o aperfeiçoamento e a mudança da base técnica. A perda de rentabilidade gera uma crise de acumulação, levando a um novo esgotamento da base técnica. Se essa base técnica não satisfaz mais ao processo de valorização do capital, surge a necessidade de outras inovações tecnológicas que, no limite, devem intensificar o processo de extração de mais-valia, forçando um constante barateamento do capital. Esse processo se repete e a tentativa de sair de uma crise de acumulação acaba gerando uma nova crise, pois, como foi possível constatar anteriormente, o capitalismo não consegue desvencilhar-se de suas características. Além do mais, como diz Silva (1993, p.29),

Mudanças absolutas, técnicas, de conteúdo ou de natureza, por mais radicais que sejam, por maiores que sejam, mas que deixam intocadas as relações entre posições no interior do processo de produção e no contexto das relações sociais mais amplas, não alteram essencialmente o caráter da divisão social do trabalho.

Apesar de ao findar o processo o/a trabalhador/a ainda ser trabalhador/a e os/as donos/as dos meios de produção ainda serem donos/as, o aperfeiçoamento tecnológico tem trazido conseqüências relevantes para os trabalhadores e as trabalhadoras. As modificações na maquinaria repercutem tanto na participação do/a trabalhador/a no processo de produção como muitas vezes significa sua própria exclusão do interior da fábrica. Há uma constante competição, no modo de produção capitalista, entre o/a trabalhador/a e a máquina. Ricardo (1982, p.266) já havia percebido este fenômeno que mantém sua importância na contemporaneidade:

Todo aumento de capital e de população é acompanhado por um crescimento do preço dos alimentos, pois sua produção será mais difícil. A conseqüência de um aumento no preço dos alimentos será uma elevação dos salários e todo o aumento de salários induzirá, em maior proporção do que antes, a que o capital poupado seja utilizado em maquinaria. As máquinas e o trabalhador mantêm-se em constante competição, e as primeiras frequentemente só podem ser utilizadas se o preço do trabalhador se elevar.

A tentação ao uso da maquinaria é sempre maior onde os custos com salários forem grandes. A elevação no preço do/a trabalhador/a impulsiona o investimento em maquinaria. Neste sentido, a cada aumento do capital, uma proporção menor dele será empregada na força de trabalho. Como demonstrou Ricardo (1982, p.266), “com o aumento do capital a demanda de trabalhadores aumentará mas não

na mesma proporção desse aumento: a taxa será necessariamente decrescente". Aí encontramos mais uma matriz de desativação de postos de trabalho. Como visto, a substituição do homem pela maquinaria já havia sido anunciada também por liberais como Ricardo, há mais de dois séculos. Portanto, não há razão para o neoliberalismo responsabilizar os trabalhadores e as trabalhadoras pela sua desocupação, nem mesmo através da ciência econômica liberal. Segundo Ricardo (*Ibidem*), quando o capital é aplicado no país, pelo menos alguma demanda de trabalho é criada. Investindo uma parte do capital em maquinaria aperfeiçoada haverá, certamente, uma redução na demanda de trabalho. Por outro lado, se este capital se deslocar para outro país, a demanda será totalmente eliminada, aprofundando o processo de exclusão de postos de trabalho.

Para extrair o máximo possível de mais-valia, o capitalista deve aumentar a duração e/ou a intensidade do dia de trabalho e, acima de tudo, aumentar a produtividade do trabalho. Para competir eficientemente com outros capitalistas, deve conseguir, simultaneamente, menores custos de produção unitários. O aumento do capital fixo (investimento em tecnologia) é a solução para ambos os problemas. Em poucas palavras, o crescimento do capital fixo em relação ao trabalho é o principal meio de aumentar a produtividade. Já o crescimento do capital fixo em relação ao produto é o principal meio de reduzir os custos unitários de produção.

No mundo dominado pelo capitalismo, os problemas de estagnação e desemprego mundiais têm historicamente se agravado. Ao mesmo tempo, a globalização puxa a base nacional de sob os pés da indústria. Há um processo de destruição das indústrias nacionais que se aperfeiçoa diariamente. Elas são desalojadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se questão de *vida ou morte* para o capital que se prolifera por todas as nações. Os produtos das indústrias deslocam-se por todos os cantos do globo, muitas vezes elaborados com matéria-prima extraída de zonas remotas. Em lugar das antigas vontades satisfeitas pela produção local, nacional, observamos o aparecimento de novas vontades, exigindo para sua satisfação produtos de terras, culturas e climas distantes.

O impacto sobre o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho e a qualificação desta nova base técnica é importante. Ao mesmo tempo que se exigem patamares de capacidade de abstração da minoria com trabalho garantido, para a grande massa de temporários ou simplesmente excedentes de mão-de-obra, a questão da formação é questionável. Há uma descentralização da fábrica clássica com a criação de pequenas empresas e com a terceirização de serviços.

Com a terceirização, o/a trabalhador/a deixa a fábrica e passa a trabalhar em uma fabriquetta ou em casa sem vínculo empregatício, portanto, com menores custos para a empresa e em um volume de horas muito *superior* à jornada fabril anterior. Além disso, muitas vezes estende as tarefas para o restante de sua família, incorporando novas personagens ao processo, muitas vezes de forma *invisível*. A

terceirização é, na maioria dos casos, um “retorno” ao aumento de mais-valia absoluta⁸. Pode-se aplicar, para a compreensão desse processo, a análise feita por Marx ao salário por peça, que é apenas “uma forma modificada do salário por tempo” (Marx, 1998-vol.II, p.134). Só que neste caso, “A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador” (*Ibidem*, p.135).

Existem outros fatores atrativos para a implementação de mudanças tecnológicas. O *controle* sobre o processo de produção é um destes importantes elementos que agem como fator de mudança de padrão tecnológico. A evolução da maquinaria, a partir de suas formas mais primitivas – na qual armações rígidas substituem a mão humana – até os complexos que surgem com a terceira revolução industrial – baseados na microeletrônica, na robótica e na informática – podem ser descritos como um aumento do controle humano sobre a ação de ferramentas.

O controle humano sobre o processo de trabalho, ao adquirir forma concreta, converte-se no seu contrário, tornando-se o controle do processo de trabalho sobre massas de homens e mulheres. A maquinaria não se encontra a serviço da humanidade, mas a serviço daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a propriedade dos meios de produção. Não se trata de combater o desenvolvimento científico e tecnológico, o conhecimento, a máquina, voltar ao trabalho realizado de forma fatigante e monótona. Marx mostrou que o problema não está na máquina em si, mas na sua utilização capitalista:

É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela liberação dos operários dos meios de subsistência. (...) As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza. (Marx, 1988-vol.II, p.54-55)

O mecanismo central de exploração não é apenas a máquina. Entretanto, sob o capitalismo, os avanços tecnológicos incorporados pela maquinaria significam o principal meio para controlar a produção. Além da função técnica de aumentar a produtividade do trabalho, no sistema capitalista a maquinaria assume a função de destituir os/as trabalhadores/as do seu controle sobre o próprio trabalho.

Assim, combina-se um processo de eliminação de postos de trabalho em volume maior aos que são criados e o aumento no controle da produção. Estes

⁸ “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta.” (Marx, 1988, p.239)

requisitos são fundamentais à sobrevivência do capital nestes tempos de globalização econômica. Estes fatores corroboram a tese de que a especificidade da crise atual deste modo de produção é a criação de trabalhadores/as em excesso. O processo de reestruturação produtiva, sob o capitalismo, aprofunda a redistribuição de contingentes cada vez maiores de trabalhadores/as e, no limite, nega o direito ao trabalho pela profunda incapacidade do modelo de produção gerar ocupação para todos/as.

Em contrapartida, a teoria econômica neoliberal apresenta um conjunto de explicações para o fenômeno do desemprego e ainda propõe alternativas que chegam ao campo da formação profissional. Se por um lado, como mostra Gentili (1998, p.88), os liberais dizem que “os mercados eram extremamente rígidos, os custos trabalhistas altos, os sindicatos perigosamente poderosos, o dirigismo estatal irresponsável e as instituições do bem-estar generosas demais”, tentando desta forma encontrar outros culpados pela crise, desenvolvem conceitos explicativos que, além de responsabilizar o trabalhador e a trabalhadora, apontam possíveis saídas. O conceito de empregabilidade⁹ é um destes e está intimamente relacionado à qualificação profissional do/a trabalhador/a. A tese oficial do governo nestes tempos de reestruturação produtiva é de que a escolarização, completada por alguma formação profissional, confere *empregabilidade*. Segundo documento ministerial, “Empregabilidade deve ser entendida como capacidade não só de se obter um emprego, mas sobretudo de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação” (MTb/MEC, 1995, p.3).

O entendimento apresentado pelo governo através de suas políticas é de que a responsabilidade pelo alto índice de desemprego é do/a trabalhador/a, uma vez que esse/a não possui os requisitos necessários à reestruturação que o processo produtivo está atravessando. É como se fosse possível a escola definir o lugar que o/a aluno/a irá ocupar no mercado de trabalho. Esta é uma explicitação ideológica para este processo. Desconhece que o capitalismo é historicamente globalizador e estrutural e mundialmente desempregador. Sob as relações capitalistas, a tecnologia acaba potenciando os processos de acumulação, criando um contingente de excluídos/as do processo de trabalho como nunca antes havia se vivenciado. Marx (1988-vol.II, p.46) sintetizou esse processo:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói.

⁹ “Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: “empregabilidade”, que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deve estar pronto para trocar constantemente de trabalho.” (Forrester, 1997, p.118)

(...) Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. (1988-vol.II, p.46).

Sob a terceira revolução industrial, este processo parece se potencializar. Conforme Tauile e Oliveira (1988), as repercussões diretas da automação por robôs nos países industriais têm sido da ordem de um equipamento para quatro operários/as substituídos/as ou deslocados/as. Já no Brasil verificou-se que uma máquina-ferramenta de controle numérico ocasiona uma perda líquida de empregos diretos na ordem de 48% a 69% (*Ibidem*). Trata-se, portanto, de um desemprego estrutural que atinge um elevado número de trabalhadores/as.

Ainda segundo esses autores, os fatores de estímulo e de contenção à difusão da nova base técnica no Brasil não são muito diferentes daqueles vigentes internacionalmente, salvo a questão do custo de mão-de-obra. O custo da mão-de-obra no Brasil não justifica elevados investimentos, o que faz com que as mudanças ocorram de forma lenta, coexistindo com equipamentos convencionais e formas de organização superadas nos países industriais.

Por outro lado, quanto mais se desenvolve a indústria, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. A revolução tecnológica tem diminuído o exercício de força implicado no trabalho manual. Diferenças de idade e de sexo perdem em caráter distintivo para a classe trabalhadora. Este fenômeno combina com outro que tem a mesma matriz explicativa: o fato de um contingente cada vez mais expressivo de trabalhadores e trabalhadoras passarem de uma profissão a outra de forma continuada. Isto caracteriza um importante processo que se aperfeiçoa atualmente. Os limites entre os diferentes processos de trabalho cada vez ficam mais indefinidos. As fronteiras entre agricultura, indústria, comércio, crédito, serviços vão se tornando cada vez mais incertas, a ponto da profissionalidade tornar-se transversal, como ocorre com a informática e a robótica.

No Vietnã, segundo Scanagatta (1997), se produz hoje micro-chips com operários e operárias que antes trabalhavam na lavoura. A tendência global, segundo este autor, é que o trabalho dependa das múltiplas máquinas que a mente humana pode acionar. Segundo ele, o trabalho no computador é, na maioria das vezes, muito pouco criativo e trata-se de um trabalho manual. O almoxarifado das fábricas e comércio continua sendo um almoxarifado, só que agora tem um computador. O trabalho de armazenar e distribuir matéria prima e objetos de trabalho no interior de uma empresa continua sendo um trabalho mecânico, pouco intelectualizado, mas agora com um poder de controle muito mais amplo e eficiente.

O que hoje é importante salientar é o fato do processo de reestruturação produtiva, do desenvolvimento tecnológico e das novas formas de gestão da força de trabalho levarem a uma identidade tendente do trabalho humano. Essa identidade tendente é que estaria retirando o eixo da formação profissional em

favor da idéia de qualificação/requalificação, “conceitos mais gerais aplicáveis a qualquer tipo de trabalho” (Franco, 1998, p.107). Marx caracterizou o trabalho como dispêndio de tempo humano, independente da concretude que esta força material pode gerar. Como nunca, hoje é possível perceber a concretização do fenômeno da identificação do trabalho humano nas mais diferentes mercadorias produzidas. Deixa de ser viável, deste modo, pensar o trabalho apenas sob uma forma particular. Essa abstração do trabalho em geral não é somente o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos.

A indiferença em relação a esse trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos mudam com facilidade de um trabalho para outro, e no qual o gênero preciso de trabalho é para eles fortuito, logo indiferente. Aí o trabalho tornou-se não só no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar a riqueza em geral e deixou, enquanto determinação, de constituir um todo com os indivíduos em qualquer aspecto particular. (Marx, 1977, p.222)

Portanto, não chegamos ao fim do trabalho, mas a uma sociedade onde a concretude do trabalho encontra sua forma abstrata em pura matéria, isto é, matéria enquanto idéia introjetada, a forma trabalho em seu caráter comum. É impossível desconectar este fenômeno da análise do que está acontecendo hoje no Brasil em termos de educação profissional. O que se percebe é que não há sistema educacional no mundo que “dê conta” deste dinamismo em nível de *treinamento*.

Ao mesmo tempo em que não passa de uma ilusão pensar que a reestruturação produtiva ocasionaria, de fato, uma ampliação da demanda de educação básica e profissional para todos/as, não se pode negligenciar que, com as novas profissões e suas transformações internas, modificam-se os conteúdos da profissionalização dos/as trabalhadores/as e a forma de relacionamento no interior no processo de trabalho.

A escala desse processo é global. Suas conseqüências, interesses e relações se estabelecem por todo planeta. Se há cem anos atrás era possível falar de um país, hoje fala-se de blocos econômicos, da OCDE (Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento), do MERCOSUL, dos tigres asiáticos. O espaço não é fronteira, o tempo não é limite. As relações sociais se desenvolvem intimamente vinculadas às relações de poder. Isto faz com que as velhas identidades – que por tanto tempo estabilizaram a sociedade – entrem em decadência, surgindo novas identidades, baseadas em um indivíduo que se fragmenta, multirelacionado, multifacetado, que não se constrói apenas em casa e na fábrica, ou no campo e na família. Como mostrou Gergen (1992), as novas tecnologias permitem aumentar o círculo de relações diretas ou indiretas com um número cada vez mais vasto de indivíduos que estão em todas as direções, em todos os continentes. Em vários aspectos, estamos alcançando o que ele denominou de *estado de saturação social*: “las concepciones románticas como las modernas sobre el yo están

desmoronándose por el desuso, al par que se erosionan los basamentos sociales que las sustentan, por obra de las fuerzas de la saturación social” (*Ibidem*, p 26).

Se a realidade fordista constituía-se para a classe trabalhadora a partir de um processo de convívio no interior da fábrica, exercendo rotinas e procedimentos repetitivos juntamente com um significativo número de trabalhadores e trabalhadoras, nestes tempos pós-fordista as variáveis que formam e decompõe a identidade fragmentado-a e tornando-a um produto inacabado são tão diversas quanto são as conexões sociais. Isso muito deve à globalização. A cultura do/a jovem adolescente está sendo construída como uma identidade pós-operária, isto é, aquele/a trabalhador/a individual, sem Carteira de Trabalho e sem fábrica, terceirizado, chamado/a de *colaborador/a* ou de *associado/a*, que aprende desde logo as regras da falta de regras, da falta de trabalho, da falta de serviços públicos, da falta de educação, da falta de formação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL. Decreto n. 2208 de 17/04/97. Regulamenta o parágr. 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9394/96.
- BRASIL. Lei n. 9.394 de 20/12/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Portaria do MEC n. 646 de 14/05/97. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei n. 9394/96 e do Decreto n. 2208/97 e dá outras providências.
- FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org.) Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. A complexidade do óbvio: a privatização e seus significados no campo educacional. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GERGEN, K. F. El yo saturado. Dilemas de la identidad en el mundo contemporáneo. Barcelona: Paidós, 1992.

- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- KEYNES, John Maynard. Inflação e deflação. E.ed. São Paulo: Abril, 1985.
- MARX, Karl. O Capital. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. Contribuição à crítica da economia política. 5.ed. Lisboa: Estampa, 1977.
- _____. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. K. Marx e F. Engels - História. São Paulo: Ática, 1989.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Política para a educação profissional: cooperação MTb/MEC*. Brasília: MTb/SEFOR-MEC, 1995. (Mimeogr.)
- MORAES, Reginaldo C. C. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.
- PICANÇO, Ana Maria R. O advento da automação flexível e a formação do trabalhador: fim da atividade fragmentária? Emergência da multiabilitação profissional? O horizonte entreaberto na década de 80. Sistema Educacional e Novas tecnologias, n.105, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, abr.-jun. 1991.
- QUEIROZ, José J. A crise da modernidade no limiar do pós-moderno. In: SINGER, Paulo, IANNI, Octávio et al. Modernidade: globalização e exclusão. São Paulo: Imaginário, 1996.
- RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SANTOS, L. O homem e a máquina. Imagens, n.3,dez.1994.
- SCANAGATTA, Silvío. O trabalho em transformação e as tendências culturais dos jovens. Caxambu, ANPEd, 22 set. 1997. Anotações de exposição oral.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. As novas tecnologias e as relações estruturais entre educação e produção. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.87, nov.1993.
- TAUILE, José Ricardo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo M. de. Difusão da automação no Brasil e os efeitos sobre o emprego: uma resenha da literatura nacional. Literatura Econômica, v.10, n.2, 1988.